

dos sócios.

Cláusula III – Objeto Social

A sócia ratifica o objetivo social para as seguintes atividades, seguindo como padrão o CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas:

- 1) 33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação;
- 2) 33.21-0-00 - Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais;
- 3) 46.45-1-01 – Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4) 46.45-1-02 – Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;
- 5) 46.64-8-00 – Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças;
- 6) 46.44-3-01 – Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

Cláusula IV - Prazo de duração

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciadas suas atividades em 18/11/1994.

Cláusula V - Capital social

O capital societário de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) totalmente integralizado, fica dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção:

Nome dos Sócios	Quotas	Valor das Quotas	(%)
Rose de Fátima Trifilio Lira	300.000	R\$ 300.000,00	100,00
TOTALIZAÇÃO	300.000	R\$ 300.000,00	100,00

Cláusula VI - Administração

A empresa será administrada pelo seu sócio.

Parágrafo primeiro – Caberá ainda, a administração da sociedade a administrador não sócio, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

Parágrafo segundo – Caso haja administrador não sócio, o uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do sócio ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do sócio.

Parágrafo terceiro – O sócio declara, sob as penas da lei, que não incorrem nas proibições previstas no §§ 1º do artigo 1.011 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 para o exercício de suas

